

CLARO S.A.  
Rua Flórida, 1.970  
Cidade Monções - CEP: 04.665-001  
São Paulo, SP - Brasil  
CNPJ: 40.432.544/0001-47  
Inscrição Estadual: 114.814.878.119  
Inscrição Municipal: 2.498.616-0  
[www.claro.com.br](http://www.claro.com.br)

ClaroEmpresas



AO

ILMO. SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

REF: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2012

CLARO S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Flórida, 1.970, Cidade Monções, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.432.544/0001-47, autorizatória do Serviço Móvel Pessoal - SMP e de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, de NIRE n.º 35.300.145.801, doravante denominada simplesmente Claro, vem, com fundamento no art. 41, parágrafos 1º e 2º da Lei n. 8.666/93 e no art. 12 do Decreto 3.555/00, que regulamentou o Pregão conforme Lei Federal 10.520/02, apresentar, **IMPUGNAÇÃO** ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2012, em razão de ilegalidades constantes daquele instrumento convocatório, conforme exposto nas anexas razões de impugnação.

A Impugnante requer, em face da natureza das ilegalidades e vícios graves ora apontados, seja a presente impugnação recebida no efeito suspensivo, e que após regularmente processada seja-lhe dado provimento, para os fins de se anular o Edital impugnado, na forma do art. 49 da Lei n. 8.666/93.

Brasília/DF, 09 de maio de 2013.

  
CLARO S.A.

CI:

CPF:

*Lilian M. M. Prado*  
Gerente de Contas Governo  
Claro CO

  
CLARO S.A.

CI:

CPF:

Suzana Lira Moura  
Corporativo - Governo  
Claro CO



**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2012**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**IMPUGNANTE: CLARO S.A.**

**I. DO PRAZO PARA IMPUGNAR**

Nos termos do art. 41, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93, "Até dois (2) dias antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão."

Como a data marcada para recebimento das propostas é o dia **14 de maio de 2013**, TEMPESTIVA a presente Impugnação protocolada nesta data.

**II. RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO**

Por meio do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2012, o TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL divulgou o seu interesse na contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Telecomunicações conforme descrição do objeto da licitação:

**OBJETO**

***"Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Móvel Pessoal conforme a quantidade e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos."***

Previu-se, neste Edital, que a entrega dos Envelopes contendo proposta comercial e documentação de habilitação será feita no dia **14 de maio de 2013**, quando se dará início ao processamento do presente certame.

Todavia, uma vez conhecido dito edital, nele foram verificadas ilegalidades insanáveis, violadoras do disposto nos artigos 3º., 4º., 6º., 7º., 29 e 40 da Lei de Licitações,





que asseguram a todos os interessados em participar de certames públicos "o direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta Lei (...)".

Assim, e considerando a natureza das ilegalidades a seguir descritas, é certo que o **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, por meio do seu Pregoeiro, tem o incontestável poder-dever de suspender o procedimento licitatório em questão, em razão das ilegalidades neste constatadas, e, por via de consequência, determinar sua correção, sob pena de sua ulterior anulação, nos termos do artigo 49 da Lei de Licitação.

A ilegalidade e irregularidade ora verificada serão, pontualmente, examinadas a seguir, sendo certo que sua natureza insanável impõe a suspensão imediata do presente certame, para sua adequação às diretrizes legais, já que todo licitante tem direito de participar de licitação elaborada em conformidade com as diretrizes legais, que pugne pela observância dos princípios consignados no artigo 3º da Lei n. 8.666/93, princípios estes lhe serve de sustentáculo, além de representar seu fundamento jurídico.

## **1 – PROPOSTA DE VALOR IGUAL A ZERO**

### **CAPÍTULO XII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

***12.7 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.***

Observe que o mercado de telecomunicações possui peculiaridades próprias e muitas vezes asadoras subsidiam alguns itens da planilha de composição de preços, inclusive chegando a valores zero, devido aos valores de Interconexão – também chamados nas Resoluções da ANATEL de "VUM" – serem pagos cheios no valor de tabela da Anatel.

Dessa forma, impõe-se, *in casu*, como única forma de se resguardar o pleno atendimento das diretrizes consignadas na Lei n. 8.666/93 - competitividade e



vantajosidade – a permissão de valores iguais a zero e, assim, possibilitar o cumprimento do contrato desejado pela Administração.

Diante do exposto, é medida de maior clareza e limpidez a presente impugnação, para que se retifique o presente item, adequando-o ao Mercado de Telecomunicações, pois do contrário, está cerceando a participação de licitantes idôneas e promovendo a ilegalidade do certame.

## **2 – PRAZO EXÍGUO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

### **CAPÍTULO XVII - DO INSTRUMENTO DE AJUSTE/CONTRATO**

**17.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar a nota de empenho - quando esta substituir o contrato - no prazo de 05 (cinco) dias após convocação/envio da NE, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.**

Observe que o prazo para a assinatura do contrato é bastante diminuto. Assim, sugerimos um prazo mais dilatado, pois o prazo descrito acima é bastante exíguo.

Compete esclarecermos que o presente item foge da normalidade e do usual no mercado de telecomunicação, pois o mais comum e razoável é um prazo de pelo menos 10 (dez) dias úteis.

Sendo assim, prazo tão desproporcional e incomum causa transtorno às operadoras, pois logisticamente e administrativamente nem sempre será possível colher a assinatura dos signatários das empresas, haja vista, que estes muitas vezes encontram-se em Estados diferentes.

Observe que tão penosa exigência viola o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, senão vejamos:





Segundo a primeira diretriz "a Administração, ao atuar no exercício de discricão, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida 1".

Já no que tange ao princípio da proporcionalidade, tem-se a premissa de que é necessário "coibir excessos desarrazoados, por meio da aferição da compatibilidade entre os meios e os fins da atuação administrativa, para evitar restrições desnecessárias ou abusivas. (...) Visa-se, com isso, a adequação entre os meios e os fins, vedando-se a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público. (grifos nossos)

Pelo exposto, é medida de razoabilidade e legitimidade que se retifique o presente item de forma que atenda aos parâmetros do mercado nacional e o bom senso.

### 3 – PRAZO PARA ENVIO DAS FATURAS E PAGAMENTO POR BOLETO BANCÁRIO

#### CAPÍTULO XXII - DO PAGAMENTO

**22.1 Mensalmente, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA protocolizará, junto ao CONTRATANTE, Nota Fiscal que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.**

Cabe salientarmos, que tal item fere a Resolução nº 477, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, esta Resolução deve ser seguida por todos os usuários de telefonia móvel no país, mesmo quando órgãos da Administração Pública.

<sup>1</sup> Giovana Harue Jojima Tavararo, in "Princípios do Processo Administrativo", retirado do site <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=104&rv=Direito>, acessado em 21.09.07



O art. 44 da Resolução 477 determina os prazos e formas de entrega das faturas para a prestação de STM:

**"Art. 44. A entrega do documento de cobrança ao Usuário, constituído de demonstrativos e faturas dos serviços prestados, deve ocorrer pelo menos 5 (cinco) dias antes do seu vencimento.**

§1º Os documentos de cobrança devem ser apresentados de maneira clara, explicativa indevassável discriminando o tipo e a quantidade de cada serviço prestado ao Usuário.

§2º A prestadora pode lançar no documento de cobrança, desde que de forma clara e explícita, os valores devidos em função da exploração de serviços de valor adicionado, bem como de outras comodidades ou facilidades relacionadas com o serviço autorizado.

§3º A inclusão, na cobrança, de qualquer valor devido que não decorra da prestação de serviços de telecomunicações, depende de prévia autorização do Usuário.

§4º A qualquer tempo, o Usuário poderá requerer, sem ônus, outro documento de cobrança, que contenha exclusivamente valores correspondentes à prestação do SMP.

§5º A prestadora deve oferecer ao Usuário no mínimo seis possíveis datas para efetuar seus pagamentos mensais.

§6º Havendo concordância do Usuário, os demonstrativos e faturas do serviço de duas ou mais Estações Móveis podem ser apresentados em um único documento de cobrança, agrupando seus Códigos de Acesso."

Nesta vertente, fica claro que o instrumento convocatório está em desacordo com as regras da ANATEL, pois as operadoras possuem até 5 (cinco) dias úteis antes do prazo de pagamento para entregarem as faturas. Sendo assim, se faz necessária a retificação do edital, para a adequação do prazo de apresentação das faturas e seu pagamento, conforme os ditames da Agência Reguladora.





Tal item é omissa quanto a forma de pagamento, assim faz jus esclarecer:

Note-se que mediante Acordo firmado entre algumas operadoras e órgãos integrantes do SIAF, os pagamentos feitos por tais órgãos serão através boleto e não depósito em conta-corrente. Aliás, o próprio Tesouro Nacional tem dado instruções nesse sentido, conforme transcrevemos abaixo:

DATA: 02/04/05

HORA: 12:47:38

USUARIO: GOMES  
PAGINA: 1

MESSAGEM: 2005/0156369 DA EMISSORA 170500  
COORDENACAO-GERAL DE PROGRAMACAO FINANCEIRA  
EM 03/02/05 AS 18:12: POR LOUISE CAROLINE DE S E SILVA

ASSUNTO: PREVISAO DE PAGAMENTO POR OB FATURA EM EDITAIS DE LICITACAO

ESTA SECRETARIA TOMOU CONHECIMENTO DE EDITAIS DE LICITACAO CONTENDO CLAUSULAS QUE DETERMINAM O PAGAMENTO A CONTRATADA SOMENTE POR MEIO DE CREDITO EM CONTA-CORRENTE.

ALERTAMOS QUE ESSAS CLAUSULAS FEREM O DIREITO DE PARTICIPACAO DO CERTAME LICITATORIO DAQUELAS EMPRESAS QUE ATUALMENTE SOH RECEBEM PAGAMENTOS POR MEIO DE ORDEM BANCARIA DE FATURA-OB.

DESSA FORMA, CONTRIBUINDO PARA QUE OS EDITAIS DE LICITACAO CONTENHAM A PREVISAO DE PAGAMENTO POR MEIO DE OB FATURA, SUGERIMOS A SEGUINTE REDACAO PARA CONSTAR NOS REFERIDOS EDITAIS:

"OS PAGAMENTOS SERAO CREDITADOS EM NOME DA CONTRATADA, MEDIANTE ORDEM BANCARIA EM CONTA CORRENTE POR ELA INDICADA OU POR MEIO DE ORDEM BANCARIA PARA PAGAMENTO DE FATURAS COM CODIGO DE BARRAS, UMA VEZ SATISFEITAS AS CONDICAOES ESTABELECIDAS NESTE CONTRATO.

PARAGRAFO UNICO. OS PAGAMENTOS, MEDIANTE A EMISSAO DE QUALQUER MODALIDADE DE ORDEM BANCARIA, SERAO REALIZADOS DESDE QUE A CONTRATADA EFETUE A COBRANCA DE FORMA A PERMITIR O CUMPRIMENTO DAS EXIGENCIAS LEGAIS, PRINCIPALMENTE NO QUE SE REFERE AAS RETENCOES TRIBUTARIAS."

STN/COFIN

Isto porque o sistema de boleto permite a identificação mais ágil do pagamento e a retenção dos impostos diretamente. Assim, são menores os riscos de problemas relacionados às faturas.



Diante do exposto, faz jus a presente impugnação para que seja esclarecida a possibilidade de pagamento via boleto com código de barra.

#### **4 – ENVIO DE DOCUMENTOS EM CONJUNTO COM AS FATURAS**

*22.2 Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Secretaria da Receita Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Fazenda Pública Federal. Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.*

Faz jus a presente impugnação tendo em vista que a exigência de envio das faturas conjuntamente com a documentação torna a logística da operadora bastante equívoca, sendo necessário um grande aparato humano e administrativo para o atendimento deste item.

Desta forma, a logística desse processo de anexar à fatura documentação diversa é bastante dispendiosa para as operadoras. Assim, esta documentação pode ser emitida pela internet apenas com o CNPJ da operadora, o que oferta celeridade ao processo, evitando, por conseguinte, tanto desperdício de tempo.

Sendo assim, enorme ônus às operadoras viola o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, senão vejamos:

Segundo a primeira diretriz "a Administração, ao atuar no exercício de discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso





*normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida 2'.*

Já no que tange ao princípio da proporcionalidade, tem-se a premissa de que é necessário *"coibir excessos desarrazoados, por meio da aferição da compatibilidade entre os meios e os fins da atuação administrativa, para evitar restrições desnecessárias ou abusivas. (...) Visa-se, com isso, a adequação entre os meios e os fins, vedando-se a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público."* (grifos nossos)

Pelo exposto, é medida de razoabilidade e legitimidade que se retifique o presente item de forma que se atenda aos parâmetros do Mercado Nacional e do bom senso, com a permissão do envio das faturas sem documentação diversa, que pode ser facilmente retirada pela internet.

## **5 – ARQUIVO ELETRÔNICO**

### **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**3.2 Enviar com 10 (dez) dias de antecedência do vencimento arquivos por meio eletrônico e faturas impressas contendo as informações sobre as faturas.**

Entendemos que podemos atender o item supracitado através do arquivo eletrônico, disponível no conta online, a ser consultado pelo cliente. Correto nosso entendimento?

Era o que cabia esclarecer.

---

<sup>2</sup> Giovana Harue Jojima Tavnaro, in "Princípios do Processo Administrativo", retirado do site <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=104&rv=Direito>, acessado em 21.09.07

**6 – VALOR ABAIXO DO MERCADO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2012**

**ANEXO II**

**(PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS)**

**ITEM I - SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP**

Especificação do Serviço	Minutos Estimados (Mensal)	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)
ASSINATURA MENSAL DOS SERVIÇOS	18	15,90	286,20
VC-1 MÓVEL-MÓVEL extra-rede (outras operadoras)	2.090	0,64	1.337,60
VC-1 MÓVEL-MÓVEL intra-rede (mesma operadora)	670	0,20	134,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (Mensal)			1.757,80
VALOR TOTAL ESTIMADO (12 meses)			R\$ 21.093,60 (vinte e um mil e noventa e três reais e sessenta centavos)

O presente edital elenca planilha de preço máximo pelo qual as operadoras deverão basear-se para oferecer seus lances, ocorre que referidas estimativas estão abaixo dos valores atuais praticados no mercado.

Assim, considerando tal realidade, as empresas ficarão impedidas de dar lances, uma vez que o valor de inicial já está muito baixo, além disto, importante lembrar que, considerando tratarem-se de aparelhos em comodato, cada aparelho gera um custo às empresas que deverão ser amortizados com as receitas do contrato. Nem poderia ser diferente, pois isso seria uma vantagem oculta concedida pela empresa à Assembléia, conforme veda a Lei, em seu art. 44:

“§ 2º Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.”





Note-se ainda que é mandatário que as empresas licitantes obtenham receita justa. Caso contrário, será considerado serviço inexecutável, à luz do art. 48, II da Lei 8.666, o que é vedado.

Além do mais, os valores estipulados no Edital, estão muito abaixo dos valores mínimos praticados no Plano Básico de Serviço da Anatel, sendo esse, o indicador para o mercado de telefonia.

Desta forma, considerando os fatos acima, requer sejam revistos os valores estimados pela Contratante, para que as empresas possam atender os requisitos do Edital de maneira exequível.

#### **7 - MULTA POR ATRASO DE PAGAMENTO**

***22.5 Caso o Contratante não cumpra o prazo estipulado no item 22.1, pagará à Contratada atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso, além da multa moratória de 1% (um por cento) ao mês.***

Observe que a aplicação da multa por falta de pagamento para o SMP, em que a contratada não tenha incorrido para tanto, não pode ser de outra forma que o determinado na Portaria nº. 1960/96, do Ministério das Comunicações e aplicada de forma isonômica por todas as operadoras, ou seja: Aplicação de multa moratória de 2% sobre o valor do débito e os juros moratórios determinados pela Lei Brasileira, assim como demonstrado:

O não-pagamento da fatura na data de seu vencimento terá como consequência ao ASSINANTE o seguinte:

- a) aplicação de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do débito, incidente a partir do dia seguinte ao do vencimento;
- b) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore", contados a partir da data de vencimento da fatura, bem como atualização do débito pelo IGP-M publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.



SEGUE A DESCRIÇÃO DA PORTARIA 1960/96 DO MINICOM - QUE DEFINE A  
MULTA - ADOTADA EM TODOS OS FATURAMENTOS DE EMPRESAS DE  
TELECOMUNICAÇÕES:

Diário Oficial da União, 9 de dezembro de 1996, página 176.

República Federativa do Brasil

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**Portaria Número 1960, de 6 de dezembro de 1996.**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe  
confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição,

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar e disciplinar as obrigações  
recíprocas entre os usuários e as Concessionárias dos Serviços Públicos de  
Telecomunicações; e

CONSIDERANDO as condições favoráveis que se consolidam com a estabilidade  
da economia do País, resolve:

**Art. 1º. A multa por atraso de pagamento de conta ou fatura de prestação de  
Serviços Públicos de Telecomunicações a seguir relacionados estará limitada  
ao percentual máximo de 2% (dois por cento) do valor da conta ou fatura,  
devida, uma única vez, no dia seguinte do vencimento:**

Serviço Público de Telex;

Serviço de Retransmissão Automática de Mensagens;

Serviço de Transmissão/Comunicação de Dados;

Serviço por Linha Dedicada;

Serviço de Repetição de Sinais de Televisão;

Serviço de Radiodifusão Sonora;

Serviço Móvel Celular;

Serviço Móvel Marítimo; e

Outros Serviços Abertos ao Público em Geral.

**Art. 2º. A Concessionária de Serviços Públicos de Telecomunicações que optar  
pela aplicação de multa em percentual inferior ao máximo permitido deverá,  
obrigatoriamente, observar as mesmas condições em toda a área de atuação,  
vedada a fixação de percentuais diferenciados por região, tipo de serviço ou  
categoria de assinante.**





Art. 3º. O disposto nesta Portaria aplica-se exclusivamente às Concessionárias de Serviços Públicos de Telecomunicações.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1997, revogando as disposições em contrário.

SÉRGIO MOTTA.

Pelo exposto, faz jus que a Administração esclareça o referido ponto.

### III. DOS PEDIDOS

Em face do exposto, vem a **CLARO** solicitar a suspensão do presente Pregão, para que sejam os itens ora impugnados adequados à normativa vigente acerca do serviço de telecomunicações (Resolução ANATEL n. 477/2007, Lei n. 9472/97, Portaria n. 1960/96) e à Lei n. 8.666/93, de forma a assegurar o direito público subjetivo desta Impugnante e demais operadoras de participar de certame elaborado em conformidade com as diretrizes dos diplomas legais acima indicados.

Caso contrário requer à impugnante que seja acolhida as razões da presente impugnação, para que esta douta autoridade proceda à anulação do certame em referência, nos termos do artigo 49 da Lei n. 8.666/93.

Brasília/DF, 09 de maio de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
CLARO S.A.  
CI:  
CPF:  
*Lilian M. M. Prado*  
Gerente de Contas Governo  
Claro CO

  
\_\_\_\_\_  
CLARO S.A.  
CI:  
CPF:  
Suzana Lira Moura  
Corporativo - Governo  
Claro CO